

LUÍS NASSIF

Reserva moral

O senador Mario Covas (PSDB-SP) é alvo frequente de duas acusações, por contraditórias, injustas: a de teimoso e a de indeciso. Sendo-se contra ou a favor, deve-se reconhecer que seus argumentos sempre são fundados em lógica férrea, com o reforço de uma conduta transparente. No fundo, a decisão do PSDB de não aceitar participar do governo refletiu o resultado de um embate intelectual de alto nível do qual, mesmo sem ostentar títulos de PhD, o senador Covas saiu vitorioso.

Sua lógica é a seguinte:

1) O presidente Fernando Collor de Mello foi eleito prometendo erradicar a corrupção do país, mesmo sendo esse um vício cultural brasileiro. Nos seus dois primeiros anos de governo sua equipe produziu a mais profunda crise moral que o país já conheceu. A reação gerada pelos desmandos levou à reforma ministerial. Portanto, o eventual mérito de medidas tomadas pelo governo contra a corrupção deve-se à atuação pertinaz das oposições. Por que dizer agora que a melhor maneira de ajudar o país é aderir ao governo? O que aconteceria com o país se todos os setores de oposição fossem chamados a aderir para presumivelmente ajudar a construir uma nova nação? Nas mãos de quem ficaria a fiscalização dos atos do governo?

2) Uma democracia se forma a partir do pressuposto da rotatividade do poder e da administração das divergências. O que ocorreria com a democracia brasileira se a cada eleição os partidos de oposição aderissem ao governo em nome da salvação da pátria?

Alguns intelectuais podem elaborar teorias mais sofisticadas sobre reforma partidária e parlamentarismo. Em todas elas, a consolidação partidária é peça-chave. Mas como a

política é feita de exemplos e de prática, a teimosia de Covas, sua coerência partidária, sua desambição de cargos públicos, seu senso de lealdade valem mais do que mil ensaios de Jaguaribe.

Collor e o loteamento

Pode ter sido apenas retórica do senador Marco Maciel. Mas a se confirmar o loteamento dos cargos de segundo escalão, o presidente da República estará abrindo mão da coluna mestra de sua credibilidade. Até hoje o país está amargando os efeitos do loteamento a que submeteu a Telebrás, entregando São Paulo a seu irmão, o Rio de Janeiro a Paulo César Farias.

Transparência pública

A busca da transparência dos negócios públicos avançou na semana passada, com a aprovação pela Assembléia Legislativa de São Paulo do projeto de lei do deputado João Leiva dispondo sobre o assunto.

Por ele, todos os órgãos da administração pública ficam obrigados a publicar até o dia 15 do mês subsequente a relação de compras efetuadas bem como das obras e serviços contratados com valor superior a 7.800 unidades fiscais. As relações de compras devem ser acompanhadas da discriminação dos preços unitários para facilitar o controle. Haverá a publicação mensal dos valores de desapropriações amigáveis ou judiciais, de compras e alienação de imóveis. Todos os órgãos do poder público deverão encaminhar à Assembléia os editais completos de licitação de obras, serviços, concessões e alocações.

Caberá à Assembléia manter os documentos organizados, facilitando a consulta pelo público.